**PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE CISÃO PARCIAL DA SIERRA
INVESTIMENTOS BRASIL LTDA. E INCORPORAÇÃO DA PARCELA
CINDIDA PELA ALLOS S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

I. ALLOS S.A., sociedade anônima aberta, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, 1º andar, salas 102, 103 e 104, Leblon, CEP 22430-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.878.397/0001-32, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“ALLOS” ou “Companhia”); e

II. SIERRA INVESTIMENTOS BRASIL LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, nº 302, Condomínio Vila Olímpia Corporate, Torre B, 5º andar, conjunto de salas corporativas 51-54, CEP 04551-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.874.077/0001-53, neste ato representada na forma de seu contrato social (“Sierra” ou “Sociedade”, sendo ALLOS e Sierra designadas conjuntamente como “Partes” e, individualmente, como “Parte”),

E, ainda, na qualidade de interveniente anuente:

III. PÁTIO UBERLÂNDIA SHOPPING LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, nº 302, Condomínio Vila Olímpia Corporate, Torre B, 5º andar, conjunto de salas corporativas 51-54, CEP 04551-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.430.570/0001-23, neste ato representada na forma de seu contrato social (“Pátio Uberlândia”)

RESOLVEM firmar, nos termos dos artigos 224, 225 e 227 da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”) e dos artigos 1.116 e seguintes da Lei nº 10.406/2002 (“Código Civil”), o presente Protocolo e Justificação de Incorporação da Parcela Cindida da Sierra Investimentos Brasil Ltda. (“Protocolo e Justificação”), o qual será submetido à aprovação dos respectivos acionistas/sócios das Partes, conforme o caso, nos seguintes termos e condições:

1. Objeto

1.1. Este Protocolo e Justificação tem por objeto apresentar as justificativas, os termos, cláusulas e condições da cisão parcial da Sierra, com a incorporação da parcela cindida

pela ALLOS (“Operação”).

2. Motivos ou Fins da Operação e Interesse das Partes em sua Realização.

2.1. A Operação está inserida em um processo de reorganização societária da ALLOS e das sociedades por ela controladas e visa à simplificação da sua estrutura societária. Entre os benefícios esperados pela operação, incluem-se a otimização da estrutura societária e a redução de custos em áreas administrativas e o cumprimento de obrigações acessórias.

2.2. A Operação foi cuidadosamente examinada pelos administradores, departamentos técnicos e assessores legais tanto da ALLOS quanto da Sierra, não tendo sido verificado qualquer fator que recomendasse a não realização da Operação.

3. Bases da Incorporação; Relação de Substituição; Avaliação da Parcela Cindida; Efeitos Patrimoniais da Operação

3.1. A Sierra possui, na presente data, capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$506.065.266,00 (quinhentos e seis milhões, sessenta e cinco mil, duzentos e sessenta e seis reais) dividido em 506.065.266 (quinhentas e seis milhões e sessenta e cinco mil e duzentas e sessenta e seis) quotas, distribuídas da seguinte forma: (i) 506.065.265 (quinhentas e seis milhões e sessenta e cinco mil e duzentas e sessenta e cinco) quotas detidas pela ALLOS S.A. e (ii) 01 (uma) quota pela Pátio Uberlândia Shopping Ltda.

3.2. A ALLOS possui, na presente data, capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 15.092.136.224,00 (quinze bilhões e noventa e dois milhões e cento e trinta e seis mil e duzentos e vinte e quatro reais) dividido em 542.936.909 (quinhentas e quarenta e duas milhões e novecentas e trinta e seis mil e novecentos e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

3.3. A cisão parcial da Sierra será realizada de modo que será destacado de seu patrimônio o Acervo Cindido Sierra descrito na Seção 5 abaixo (“Cisão Parcial Sierra”) e incorporado pela ALLOS (“Incorporação do Acervo Líquido Sierra”).

3.4. A Cisão Parcial Sierra acarretará em redução de capital da Sierra conforme descrito na Seção 6 abaixo.

3.5. A Incorporação do Acervo Líquido Sierra não resultará em aumento ou redução do patrimônio líquido da ALLOS nem em aumento do seu capital social e em alteração na distribuição das suas ações entre os acionistas, tendo em vista que o patrimônio líquido

da Sierra se encontra integralmente refletido no patrimônio líquido da ALLOS em decorrência da aplicação do método de equivalência patrimonial.

3.6. Não se aplicam as disposições relativas ao direito de retirada e reembolso previstas na Lei das S.A. ou no Código Civil, uma vez que (i) a Operação será aprovada pelos quotistas da Sierra, representando 100% de seu capital social; e (ii) não há direito de recesso na ALLOS em decorrência da Operação.

4. Critérios de Avaliação do Patrimônio Líquido, Data-Base da Avaliação e Tratamento das Variações Patrimoniais Posteriores

4.1. Os bens, direitos e obrigações da Sierra e que serão vertidos ao patrimônio da ALLOS (“Acervo Líquido Sierra”) foram avaliados – a valor contábil - pela empresa especializada **GLOBAL AUDITORES INDEPENDENTES**, sociedade com sede na Avenida das Américas, nº 18.500, sala 521, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.423.123/0003-95 (“Empresa Especializada”), que é responsável pela elaboração dos laudo de avaliação do Acervo Líquido, anexado a este Protocolo como Anexo II (“Laudo de Avaliação”).

4.2. A escolha da Empresa Especializada para elaboração do Laudo de Avaliação deverá ser ratificada pela reunião de sócios da Sierra e assembleia geral extraordinária da ALLOS.

4.3. O Acervo Líquido Sierra foi avaliado com base nas demonstrações financeiras da Sierra referentes à 31 de março de 2025 que corresponde à data-base da avaliação (“Data-Base”).

4.4. Eventuais variações patrimoniais verificadas no Acervo Líquido Sierra a partir da Data-Base serão absorvidas pela ALLOS e serão reconhecidas diretamente em sua escrituração.

5. Acervo Líquido Sierra a ser transferido à ALLOS

5.1. Nos termos dos Laudos de Avaliação, o Acervo Líquido Sierra será destinado ao patrimônio da ALLOS pelo montante de R\$ 489.020.263,14 (quatrocentos e oitenta e nove milhões, vinte mil, duzentos e sessenta e três reais e quatorze centavos);

5.2. O Acervo Líquido Sierra é composto de:

- a) 31.404.117 quotas do capital social da Pátio São Bernardo Shopping Ltda, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, nº 302, Condomínio Vila Olímpia Corporate, Torre B, 5º andar, conjunto de salas

corporativas n°s 51 a 54, CEP: 04551-010, inscrita no CNPJ/MF n° 07.248.815/0001-33, NIRE 35.219.775.817, pelo valor de R\$53.469.354,27 (cinquenta três milhões, quatrocentos e sessenta nove mil, trezentos e cinquenta quatro reais e vinte sete centavos);

- b) 182.009.520 quotas do capital social da Pátio Boavista Shopping Ltda, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, n° 302, Condomínio Vila Olímpia Corporate, Torre B, 5° andar, conjunto de salas corporativas n°s 51 a 54, CEP: 04551-010, inscrita no CNPJ/MF n° 03.704.351/0001-71, NIRE 35.216.189.259, pelo valor de R\$190.601.428,14 (cento e noventa milhões, seiscentos e um mil, quatrocentos e vinte oito reais e quatorze centavos);
- c) 85.771.541 quotas do capital social da Pátio Uberlândia Shopping Ltda, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, n° 302, Condomínio Vila Olímpia Corporate, Torre B, 5° andar, conjunto de salas corporativas n°s 51 a 54, CEP: 04551-010, inscrita no CNPJ/MF n° 08.430.570/0001-23, NIRE 35.221.072.500, pelo valor de R\$81.056.006,96 (oitenta um milhões, cinquenta seis mil, seis reais e noventa seis centavos);
- d) 9.435.400 quotas do capital social da Campo Limpo Empreendimentos Ltda., com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, n° 302, Condomínio Vila Olímpia Corporate, Torre B, 5° andar, conjunto de salas corporativas n°s 51 a 54, CEP: 04551-010, inscrita no CNPJ/MF n° 07.174.799/0001-81, NIRE 35.200.982.448, pelo valor de R\$ 20.536.113,86 (vinte milhões, quinhentos e trinta seis mil ,cento e treze reais e oitenta seis centavos);
- e) 66.576.000 quotas do capital social da ALLOSTECH Ltda., com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, n° 302, Condomínio Vila Olímpia Corporate, Torre B, 5° andar, conjunto de salas corporativas n°s 51 a 54, CEP: 04551-010, inscrita no CNPJ/MF n° 18.344.919/0001-68, NIRE 35.227.628.658, pelo valor de R\$30.657.359,91 (trinta milhões, seiscentos e cinquenta sete mil, trezentos e cinquenta nove reais e noventa um centavo);
- f) direito dos adiantamentos para futuro aumento de capital da ALLOSTECH Ltda. com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, n° 302, Condomínio Vila Olímpia Corporate, Torre B, 5° andar, conjunto de salas corporativas n°s 51 a 54, CEP: 04551-010, inscrita no CNPJ/MF n° 18.344.919/0001-68, NIRE 35.227.628.658, pelo valor de R\$112.700.000,00 (cento e doze milhões e setecentos mil reais).

6. Capital Social da Sierra

6.1. Uma vez efetivada a Operação com a versão do Acervo Cindido Sierra para ALLOS, o capital social da Sierra será reduzido no valor de R\$ 489.020.263,14 (quatrocentos e oitenta nove milhões, vinte mil, duzentos e sessenta três reais e quatorze centavos) passando de R\$506.065.266,00 (quinhentos e seis milhões, sessenta e cinco mil, duzentos e sessenta e seis reais) para R\$17.045.002,86 (dezessete milhões, quarenta e cinco mil, dois reais e oitenta e seis centavos) mediante o cancelamento de 489.020.263 quotas de titularidade da ALLOS.

6.1.1. Como consequência, o contrato social da Sierra deverá ser alterado unicamente para refletir a seguinte nova redação da Cláusula 3:

Cláusula 3. O capital da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$17.045.002,86 (dezessete milhões, quarenta e cinco mil, dois reais e oitenta e seis centavos), representado por 17.045.003 quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, estando distribuído entre os sócios-quotistas da seguinte forma:

SÓCIOS-QUOTISTAS	QUOTAS	VALOR (R\$)
<i>ALLOS S.A.</i>	<i>17.045.002</i>	<i>17.045.001,86</i>
<i>Pátio Uberlândia Shopping Ltda.</i>	<i>01</i>	<i>1.00</i>
TOTAL	17.045.003	R\$17.045.002,86

7. Dispensa do Laudo de Avaliação Previsto no Artigo 264 da Lei das S.A.

7.1. Não é aplicável à Operação artigo 264 da Lei das S.A., uma vez que a Incorporação do Acervo Líquido Sierra não resultará em aumento do capital social emissão de novas ações e não haver, portanto, relação de troca.

8. Credores, Sucessão de Obrigações e Autorizações

8.1. A redução do capital social da Sierra realizada no âmbito da Cisão Parcial Sierra produzirá efeitos imediatos e o arquivamento da alteração do contrato social da Sierra não dependerá da abertura do prazo para oposição de credores, conforme previsto no artigo 1.122 do Código Civil.

8.2. Após a implementação da Operação, a Sierra permanecerá existindo e a ALLOS sucederá a Sierra, a título universal e sem solução de continuidade, exclusivamente em relação aos bens, direitos, deveres, obrigações e responsabilidades de titularidade da

Sierra e integrantes ou relacionados ao Acervo Líquido Sierra incorporado pela ALLOS.

8.3. A ALLOS será responsável apenas pelas dívidas, obrigações e passivos que lhes forem expressamente transferidas em razão da Operação expressa neste Protocolo e Justificação, sem solidariedade entre a ALLOS e a Sierra, nos termos do artigo 233, § único, da Lei das S.A.

8.4. Nos termos do artigo 234 da Lei das S.A., a certidão da Cisão Parcial Sierra emitida pelo Registro de Empresas será documento hábil para o registro e averbação, nos registros públicos e privados competentes, da sucessão universal pela ALLOS em relação aos bens, direitos, deveres, obrigações e responsabilidades integrantes ou relacionados ao Acervo Líquido Sierra.

8.5. A realização da Operação não está sujeita: (i) à apreciação das autoridades de defesa da concorrência no Brasil ou no exterior; e (ii) à aprovação de qualquer outra autoridade governamental no Brasil ou no exterior.

9. Disposições Finais

9.1. Aprovações Societárias. A efetivação da operação dependerá da realização dos seguintes atos:

- a) Assembleia Geral Extraordinária da ALLOS para (i) examinar, discutir e aprovar os termos e condições deste Protocolo e Justificação; (ii) ratificar a nomeação e contratação da Empresa Especializada para elaborar o Laudo de Avaliação; (iii) aprovar o Laudo de Avaliação; e (iv) aprovar a implementação da operação de incorporação da Parcela Cindida.
- b) Reunião de Sócios da Sierra para (i) examinar, discutir e aprovar os termos e condições deste Protocolo e Justificação; (ii) aprovar a cisão parcial da Sierra com a versão da Parcela Cindida para a ALLOS; e (iii) aprovar a redução do capital social da Sierra e consequentemente a alteração do Contrato Social.

9.2. Prática de Atos. Uma vez aprovada a Operação, os administradores da Sierra e da ALLOS deverão praticar todos os atos, registros e averbações que se fizerem necessários à perfeita regularização, formalização e efetivação da Operação e do estabelecido no presente Protocolo e Justificação.

9.3. Demonstrações Financeiras. Nos termos do artigo 16 da Resolução CVM 78, não é aplicável a divulgação das demonstrações financeiras para fins da Operação e das demonstrações financeiras proforma, nos termos do capítulo III da Resolução CVM 78,

uma vez que a Operação não implica aumento de capital social nem emissão de novas ações pela ALLOS, e, portanto, não representa qualquer diluição dos seus acionistas.

9.4. Documentos. Este Protocolo e Justificação, o Laudo de Avaliação e a proposta da administração da ALLOS contendo as informações exigidas pela Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, estarão à disposição dos acionistas da ALLOS e da sócia Sierra e em suas respectivas, conforme aplicável, e nos websites da ALLOS, Comissão de Valores Mobiliários e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

9.5. Sobrevivência de Cláusulas. Caso alguma cláusula, disposição, termo ou condição deste Protocolo e Justificação venha ser considerada inválida ou inexecutável, as demais cláusulas, disposições, termos e condições não afetados permanecerão válidas e em pleno vigor.

9.6. Renúncia e Não Exercício. O não exercício, ou o atraso no exercício, por qualquer das Partes, dos direitos a elas respectivamente conferidos nos termos deste Protocolo e Justificação, não será interpretado como renúncia em relação a tal direito. Toda e qualquer renúncia aos direitos estabelecidos neste Protocolo e Justificação somente será válida quando entregue por escrito e assinada pela Parte renunciante.

9.7. Alteração. Este Protocolo e Justificação somente poderá ser alterado por meio de instrumento escrito assinado por todos os seus subscritores.

9.8. Foro. Fica eleito o foro central da comarca do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para dirimir as dúvidas oriundas deste Protocolo e Justificação.

9.9. Assinaturas Eletrônicas. As Partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste instrumento e seus termos, nos termos do art. 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado pelas Partes por meio de certificados eletrônicos, ainda que sejam certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.220-2, de 24 de agosto de 2001. Por fim, nos termos do art. 220 do Código Civil, as Partes expressamente anuem e autorizam que, eventualmente, as assinaturas das Partes não precisem necessariamente ser apostas na mesma página de assinaturas deste instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes assinam este Protocolo, dispensada a assinatura de testemunhas, nos termos do §4º do artigo 784 do Código de Processo Civil, conforme alterado pela Lei n.º 14.620, de 13 de julho de 2023.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2025.

(restante da página deixado em branco)

[PÁGINA DE ASSINATURAS DO PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE CISÃO PARCIAL DA SIERRA INVESTIMENTOS BRASIL LTDA. E INCORPORAÇÃO DA PARCELA CINDIDA PELA ALLOS S.A.]

ALLOS S.A.

**SIERRA INVESTIMENTOS BRASIL
LTDA.**

PÁTIO UBERLÂNDIA SHOPPING LTDA

**ANEXO ÚNICO DO PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE CISÃO PARCIAL
DA SIERRA INVESTIMENTOS BRASIL LTDA. E INCORPORAÇÃO DA
PARCELA CINDIDA PELA ALLOS S.A.**

LAUDO DE AVALIAÇÃO

(vide páginas 85 a 90 da Proposta da Administração)

**PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE CISÃO TOTAL DA ACAPURANA
PARTICIPAÇÕES S.A. E INCORPORAÇÃO DA PARCELA CINDIDA PELA
ALLOS S.A. E PELA SALVADOR EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES LTDA.**

Pelo presente instrumento particular,

I. ALLOS S.A., sociedade anônima aberta, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Afrânio de Melo Franco, n.º 290, 1º andar, salas 102, 103 e 104, Leblon, CEP 22430-060, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.878.397/0001-32, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“ALLOS”);

II. SALVADOR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. (nova denominação da CPPIB Salvador Participações Ltda.), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4300, 14º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.555.253/0001-36, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.226.025.097, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (“Salvador”);

III. ACAPURANA PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima fechada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Afrânio de Melo Franco, n.º 290, 1º andar, salas 102, 103 e 104, Leblon, CEP 22.430-060, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.281.830/0001-46, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Acapurana”);

(ALLOS, Salvador e Acapurana designadas conjuntamente como “Partes” e, individualmente, como “Parte”)

E, ainda, na qualidade de intervenientes anuentes:

IV. 8682399 CANADA INC., sociedade organizada e existente sob as leis federais do Canadá, com sede na 1 St. Clair Avenue West, Suite 403, Toronto, Canadá, M4V 1K6, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 20.869.396/0001-15, neste ato representada de acordo com seus atos constitutivos (“8682399 Canada”);

V. 8682402 CANADA INC., sociedade organizada e existente sob as leis federais do Canadá, com sede na 1 St. Clair Avenue West, Suite 403, Toronto, Canadá, M4V 1K6, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 20.869.395/0001-70, neste ato representada de acordo com seus atos constitutivos (“8682402 Canada”);

VI. 8682429 CANADA INC., sociedade organizada e existente sob as leis federais do Canadá, com sede na 1 St. Clair Avenue West, Suite 403, Toronto, Canadá, M4V 1K6, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 20.869.394/0001-26, neste ato representada de acordo com seus atos constitutivos (“8682429 Canada”);

VII. 8682437 CANADA INC., sociedade organizada e existente sob as leis federais do Canadá, com sede na 1 St. Clair Avenue West, Suite 403, Toronto, Canadá, M4V 1K6, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 20.869.393/0001-81, neste ato representada de acordo com seus atos constitutivos (“8682437 Canada”); e

VIII. CPPIB US RE-A, INC., sociedade organizada e existente sob as leis federais do Canadá, com sede na One Queen Street East, Suite 2500, Toronto, Canadá, M5C 2W5, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 20.660.204/0001-66, neste ato representada de acordo com seus atos constitutivos (“CPPIB US RE-A”);

RESOLVEM firmar, nos termos dos artigos 224, 225 e 227 da Lei n.º 6.404/1976 (“Lei das S.A.”) e das regras previstas na Resolução CVM n.º 78, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 78”), o presente instrumento particular “Protocolo e Justificação de Cisão Total da Acapurana Participações S.A. e Incorporação da Parcela Cindida pela ALLOS S.A. e pela Salvador Empreendimentos e Participações Ltda.” (“Protocolo e Justificação”), o qual será submetido à aprovação dos respectivos acionistas ou sócios das Partes, conforme o caso, nos seguintes termos e condições:

1. Operação

1.1. Este Protocolo e Justificação tem por objeto apresentar as justificativas, os termos, cláusulas e condições da cisão total da Acapurana, com a incorporação do acervo cindido ao patrimônio da ALLOS e da Salvador (“Operação” e “Acervo Líquido Acapurana”).

2. Motivos ou Fins da Operação e Interesse das Partes em sua Realização.

2.1. A Operação está inserida em um processo de reorganização societária dos respectivos grupos dos quais as sociedades envolvidas fazem parte e visa à simplificação da sua estrutura societária. Entre os benefícios esperados pela Operação, incluem-se a otimização da estrutura societária e a redução de custos em áreas administrativas e o cumprimento de obrigações acessórias.

2.2. A Operação foi cuidadosamente examinada pelos administradores, departamentos técnicos e assessores legais da ALLOS, da Salvador e da Acapurana, não tendo sido verificado qualquer fator que recomendasse a não realização da Operação.

3. Bases da Incorporação; Relação de Substituição; Efeitos Patrimoniais da Operação

3.1. A Acapurana possui, na presente data, capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 11.768.370,78 (onze milhões, setecentos e sessenta oito mil, trezentos e setenta reais e setenta e oito centavos) dividido em 11.768.370 (onze milhões, setecentas e sessenta e oito

mil, trezentas e setenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 4 (quatro) ações preferenciais nominativas, distribuídas da seguinte forma: (i) 6.164.385 (seis milhões e cento e sessenta e quatro mil e trezentas e oitenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal detidas pela ALLOS; (ii) 5.603.978 (cinco milhões e seiscentos e três mil e novecentos e setenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal detidas pela CPPIB US RE-A; (iii) 2 (duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal detidas pela 8682399 Canada; (iv) 2 (duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal detidas pela 8682402 Canada; (v) 2 (duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal detidas pela 8682429 Canada; (vi) 1 (uma) ação ordinária, nominativas e sem valor nominal detidas pela 8682437 Canada; (vii) 2 (duas) ações preferencias e nominativas detidas pela ALLOS e (viii) 2 (duas) ações preferencias e nominativas detidas pela 8682437 Canada.

3.2. A ALLOS possui, na presente data, capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$15.092.136.244,00 (quinze bilhões, noventa e dois milhões, cento e trinta e seis mil, duzentos e quarenta e quatro reais) dividido em 542.936.909 (quinhentos e quarenta e dois milhões, novecentas e trinta e seis mil, novecentas e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

3.3. A Salvador possui, na presente data, capital social de R\$ 8.962.420,00 (oito milhões, novecentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e vinte reais), dividido em 8.962.420 (oito milhões, novecentas e sessenta e duas mil, quatrocentas e vinte) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente detidas por sua única sócia **CPPIB Salvador Holding Inc.**, sociedade organizada e constituída de acordo com as leis do Canadá, com sede em One Queen Street East, Suite 2600, cidade de Toronto, província de Ontario, M5C 2W5, Canadá, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.775.789/0001-67.

3.4. A cisão total da Acapurana será realizada de modo que será destacado de seu patrimônio e transferido para ALLOS o Acervo Líquido ALLOS e para Salvador o Acervo Líquido CPPIB, conforme definido na Seção 5 abaixo.

3.4.1. A incorporação do Acervo Líquido CPPIB acarretará em aumento de capital na Salvador, conforme descrito na Seção 6 abaixo.

3.4.2. A incorporação do Acervo Líquido ALLOS não resultará em aumento ou redução do patrimônio líquido da ALLOS nem em aumento do seu capital social e em alteração na distribuição das suas ações entre os acionistas, tendo em vista que o patrimônio líquido da Acapurana se encontra integralmente refletido no patrimônio líquido da ALLOS em decorrência da aplicação do método de equivalência patrimonial.

3.5. Não se aplicam as disposições relativas ao direito de retirada e reembolso previstas na Lei das S.A., uma vez que (i) a Operação será submetida a aprovação pelos acionistas da

Acapurana representando 100% (cem por cento) de seu capital social, e, portanto, não haverá acionistas dissidentes da deliberação em assembleia geral da Acapurana; e (ii) não há direito de recesso na ALLOS em decorrência da Operação.

4. Critérios de Avaliação do Patrimônio Líquido, Data-Base da Avaliação e Tratamento das Variações Patrimoniais Posteriores

4.1. O Acervo Líquido Acapurana foi avaliado por seus valores contábeis pela empresa especializada **GLOBAL AUDITORES INDEPENDENTES**, sociedade com sede na Avenida das Américas, n.º 18.500, sala 521, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.423.123/0003-95 (“Empresa Especializada”), que é responsável pela elaboração do laudo de avaliação do Acervo Líquido Acapurana, anexo a este Protocolo como Anexo I (“Laudo de Avaliação”).

4.1.1. A escolha da Empresa Especializada para elaboração do Laudo de Avaliação deverá ser ratificada pelas assembleias gerais extraordinárias da Acapurana e da ALLOS e pela reunião de sócios da Salvador.

4.2. O Acervo Líquido Acapurana foi avaliado com base nas demonstrações financeiras da Acapurana levantadas em 31 de março de 2025, que corresponde à data-base da avaliação (“Data-Base”).

4.3. Eventuais variações patrimoniais verificadas no Acervo Líquido Acapurana a partir da Data-Base serão absorvidas pela ALLOS e pela Salvador, conforme o caso e observadas as previsões deste Protocolo e Justificação, passando-se para seus livros contábeis e sendo feitas as necessárias alterações.

5. Acervo Líquido Acapurana a ser cindido e transferido à ALLOS e à Salvador

5.1. Os bens, direitos e obrigações da Acapurana que serão cindidos e vertidos ao patrimônio da ALLOS estão descritos no Laudo de Avaliação, no montante de R\$ 15.164.274,13 (quinze milhões, cento e sessenta e quatro mil, duzentos e setenta e quatro reais e treze centavos) (“Acervo Líquido ALLOS”).

5.2. Os bens, direitos e obrigações da Acapurana que serão cindidos e vertidos ao patrimônio da Salvador estão descritos no Laudo de Avaliação, no montante de R\$ 13.791.758,19 (treze milhões, setecentos e noventa um mil, setecentos e cinquenta oito reais e dezenove centavos) (“Acervo Líquido CPPIB”).

6. Capital Social da Salvador

6.1. Uma vez efetivada a Operação com a versão do Acervo Líquido CPPIB para a Salvador,

o capital social da Salvador será aumentado em R\$ 13.791.758,19 (treze milhões, setecentos e noventa e um mil, setecentos e cinquenta e oito reais e dezenove centavos), passando dos atuais R\$ 8.962.420,00 (oito milhões, novecentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e vinte reais) para R\$ 22.754.178,00 (vinte e dois milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, cento e setenta e oito reais), sendo o saldo de R\$ 0,19 (dezenove centavos) alocado à conta de reserva de capital, com a consequente emissão de 13.791.758 (treze milhões, setecentas e noventa e uma mil, setecentas e cinquenta e oito) novas quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, em tudo idênticas às atualmente existentes, passando a ser distribuído da seguinte forma:

SÓCIA	Nº DE QUOTAS	VALOR (R\$)
CPPIB Salvador Holding Inc.	8.962.420	8.962.420,00
CPPIB US RE-A	13.791.754	13.791.754,00
8682399 Canada	1	1,00
8682402 Canada	1	1,00
8682429 Canada	1	1,00
8682437 Canada	1	1,00

7. Extinção da Acapurana e Exclusão da Solidariedade

7.1. Em razão da Operação, a Acapurana será extinta, sendo sucedida em todos os seus bens, direitos e obrigações pela ALLOS (com relação ao Acervo Líquido ALLOS) e pela Salvador (com relação ao Acervo Líquido CPPIB), a título universal e para todos os fins de direito, sem qualquer solução de continuidade, ainda que não tenham sido formalizados todos os registros e obtidas todas as autorizações requeridas pela legislação aplicável.

7.2. A ALLOS sucederá a Acapurana e será responsável apenas e tão somente pelos direitos e obrigações do Acervo Líquido ALLOS, que lhe será transferido na Operação nos termos acima descritos, sem qualquer solidariedade com o Acervo Líquido CPPIB, nos termos do Parágrafo Único do artigo 233 da Lei das Sociedades por Ações. Da mesma forma, a Salvador sucederá a Acapurana e será responsável apenas e tão somente pelos direitos e obrigações do Acervo Líquido CPPIB, que lhe será transferido na Operação nos termos acima descritos, sem qualquer solidariedade com o Acervo Líquido ALLOS, nos termos do Parágrafo Único do artigo 233 da Lei das Sociedades por Ações.

8. Dispensa do Laudo de Avaliação Previsto no Artigo 264 da Lei das S.A.

8.1. Não é aplicável à incorporação do Acervo Líquido ALLOS pela ALLOS o artigo 264 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que a Operação não resultará em aumento do capital social da ALLOS e, dessa forma, sem haver relação de troca, pois o Acervo Líquido ALLOS está integralmente refletido no patrimônio líquido da ALLOS em decorrência da aplicação do método

de equivalência patrimonial.

9. Disposições Finais

9.1. Aprovações Societárias. A efetivação da Operação dependerá da realização dos seguintes atos:

- a. Assembleia Geral Extraordinária da ALLOS para: (i) examinar, discutir e aprovar os termos e condições deste Protocolo e Justificação; (ii) ratificar a nomeação e contratação da Empresa Especializada para elaborar o Laudo de Avaliação; (iii) aprovar o Laudo de Avaliação; e (iv) aprovar a implementação da incorporação do Acervo Líquido ALLOS.
- b. Assembleia Geral Extraordinária da Acapurana para: (i) examinar, discutir e aprovar os termos e condições deste Protocolo e Justificação; (ii) aprovar a Operação, nos termos deste Protocolo e Justificação; (iii) ratificar a nomeação da Empresa Especializada para elaborar o Laudo de Avaliação; e (iv) aprovar a extinção da Acapurana.
- c. Reunião de Sócios da Salvador para: (i) examinar, discutir e aprovar os termos e condições deste Protocolo e Justificação; (ii) ratificar a nomeação e contratação da Empresa Especializada para elaborar o Laudo de Avaliação; (iii) aprovar o Laudo de Avaliação; e (iv) aprovar a implementação da incorporação do Acervo Líquido Salvador.

9.2. Prática de Atos. Uma vez aprovada a Operação, os administradores da Acapurana, da ALLOS e da Salvador deverão praticar todos os atos, registros e averbações que se fizerem necessários à perfeita regularização, formalização e efetivação da Operação e do estabelecido no presente Protocolo e Justificação.

9.3. Demonstrações Financeiras. Nos termos do artigo 16 da Resolução CVM 78, não é aplicável a divulgação das demonstrações financeiras e das demonstrações financeiras *pro forma* para fins da Operação, nos termos do capítulo III da Resolução CVM 78, uma vez que a Operação não implica aumento de capital social nem emissão de novas ações pela ALLOS, e, portanto, não representa qualquer diluição dos seus acionistas.

9.4. Documentos. Este Protocolo e Justificação, o Laudo de Avaliação e a proposta da administração da ALLOS contendo as informações exigidas pela Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, estarão à disposição dos acionistas da ALLOS e dos acionistas da Acapurana em suas respectivas sedes, conforme aplicável, e nos *websites* da ALLOS, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

9.5. Sobrevivência de Cláusulas. Caso alguma cláusula, disposição, termo ou condição deste Protocolo e Justificação venha ser considerada inválida ou inexecutável, as demais cláusulas, disposições, termos e condições não afetados permanecerão válidas e em pleno vigor.

9.6. Renúncia e Não Exercício. O não exercício, ou o atraso no exercício, por qualquer das Partes, dos direitos a elas respectivamente conferidos nos termos deste Protocolo e Justificação, não será interpretado como renúncia em relação a tal direito. Toda e qualquer renúncia aos direitos estabelecidos neste Protocolo e Justificação somente será válida quando entregue por escrito e assinada pela Parte renunciante.

9.7. Alteração. Este Protocolo e Justificação somente poderá ser alterado por meio de instrumento escrito assinado por todos os seus subscritores.

9.8. Foro. Fica eleito o foro central da comarca do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para dirimir as dúvidas oriundas deste Protocolo e Justificação.

9.9. Assinatura Eletrônica. Este Protocolo e Justificação será assinado por meios eletrônicos, digitais e/ou informáticos, sendo certo que as Partes e as intervenientes anuentes reconhecem esta forma de contratação como válida e plenamente eficaz, constituindo forma legítima e suficiente para a comprovação da identidade e da validade da declaração de vontade das Partes e das intervenientes anuentes em celebrar eventuais aditamentos, devendo, em todo caso, atender às regras vigentes para verificação da autenticidade das assinaturas das Partes e das intervenientes anuentes, desde que seja estabelecida com certificação dentro dos padrões ICP – Brasil, em conformidade com o artigo 107 do Código Civil, e com o inciso II do artigo 4º da Lei n.º 14.063, de 23 de setembro de 2020, conforme alterada. Este Protocolo e Justificação produz efeitos para todas as Partes a partir da data nele indicada, ainda que uma ou mais Partes ou as intervenientes anuentes realizem a assinatura eletrônica em data posterior. Ademais, ainda que alguma das partes venha a assinar eletronicamente este instrumento em local diverso, o local de celebração deste instrumento é, para todos os fins, a cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, conforme abaixo indicado.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes e as intervenientes anuentes assinam este Protocolo e Justificação, dispensada a assinatura de testemunhas, nos termos do §4º do artigo 784 do Código de Processo Civil, conforme alterado pela Lei n.º 14.620, de 13 de julho de 2023.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2025.
(*restante da página deixado em branco*)

Página de assinaturas do “Protocolo e Justificação de Cisão Total da Acapurana Participações S.A. e Incorporação das Parcelas Cindidas pela Allos S.A. e pela Salvador Empreendimentos e Participações Ltda.”

ALLOS. S.A.

Daniela de Souza Guanabara Santos
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Paula Guimarães Fonseca
Diretora Jurídica

SALVADOR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

Marcos Haertel
Administrador

ACAPURANA PARTICIPAÇÕES S.A.

Daniela de Souza Guanabara Santos
Diretora

Paula Guimarães Fonseca
Diretora

Página de assinaturas do “Protocolo e Justificação de Cisão Total da Acapurana Participações S.A. e Incorporação das Parcelas Cindidas pela Allos S.A. e pela Salvador Empreendimentos e Participações Ltda.”

Intervenientes anuentes:

8682399 CANADA INC.

8682402 CANADA INC.

8682429 CANADA INC.

8682437 CANADA INC

CPIIB US RE-A, INC

ANEXO DO PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO

LAUDO DE AVALIAÇÃO

(vide páginas 92 a 96 da Proposta da Administração)

**PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA
BAZILLE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. PELA ALLOS S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes a seguir qualificadas (“Partes”):

ALLOS S.A., sociedade anônima, com sede social na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, salas 102, 103 e 104, 1º andar, CEP 22.430-060, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.878.397/0001-32, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob NIRE 33.3.0033251-1, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“ALLOS” ou “Companhia”); e

BAZILLE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, com sede social na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, salas 102, 103 e 104, 1º andar, CEP 22.430-060, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.145.501/0001-21, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob NIRE 33.2.0949885-1, neste ato representada na forma de seu contrato social (“Bazille” ou “Sociedade”); e

E, ainda, na qualidade de intervenientes anuentes:

ALIANSCA ASSESSORIA COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede social na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, salas 102, 103 e 104, 1º andar, CEP 22.430-060, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.545.705/0001-33, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob NIRE 33.2.0829727-5, neste ato representada na forma do seu Contrato Social (“AAC”)

RESOLVEM firmar o presente PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA BAZILLE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. PELA ALLOS S.A. (“Protocolo”), na forma dos artigos 223 e seguintes da Lei nº 6.404/1976, e alterações posteriores (“Lei das S.A.”), bem como dos artigos 1.116 e seguintes da Lei nº 10.406/2002, e alterações posteriores (“Código Civil”), o qual será submetido à aprovação dos respectivos acionistas/sócios das Partes, conforme o caso, nos seguintes termos e condições:

1. Objeto

1.1 Este Protocolo e Justificação tem por objeto apresentar as justificativas, os termos, cláusulas e condições da incorporação da Bazille pela ALLOS (“Operação”).

2. Motivos ou Fins da Operação e Interesse das Partes em sua Realização.

2.1. A Operação de incorporação da Bazille está inserida em um processo de reorganização societária da ALLOS e das sociedades por ela controladas que visa a simplificação da sua estrutura societária. Entre os benefícios esperados pela operação, incluem-se a otimização da

estrutura societária da Companhia e a redução de custos em áreas administrativas e o cumprimento de obrigações acessórias.

2.2. A Operação foi cuidadosamente examinada pelos administradores, departamentos técnicos e assessores legais tanto da ALLOS quanto da Bazille, não tendo sido verificado qualquer fator que recomendasse a não realização da operação.

3. Bases da Incorporação; Relação de Substituição; Efeitos Patrimoniais da Operação

3.1. A Bazille possui, na presente data, capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$117.562.242,00 (cento e dezessete milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, duzentos e quarenta e dois reais), dividido em 117.562.242 (cento e dezessete milhões, quinhentas e sessenta e duas mil, duzentas e quarenta e duas) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, distribuídas da seguinte forma: (i) 117.562.241 (cento e dezessete milhões, quinhentas e sessenta e duas mil, duzentas e quarenta e uma) quotas detidas pela ALLOS; e (ii) 1 (uma) quota detida pela AAC.

3.2. A ALLOS possui, na presente data, capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 15.092.136.224,00 (quinze bilhões e noventa e dois milhões e cento e trinta e seis mil e duzentos e vinte e quatro reais) dividido em 542.936.909 (quinhentas e quarenta e duas milhões e novecentas e trinta e seis mil e novecentos e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

3.3. A Operação será realizada de modo que a totalidade do seu patrimônio será absorvido pela ALLOS (“Incorporação Total Bazille”), com a consequente extinção da Bazille.

3.4. A Incorporação Total Bazille não acarretará aumento ou redução do patrimônio líquido da ALLOS e nem acarretará aumento do capital social da ALLOS, e em alteração da distribuição das suas ações entre os acionistas, tendo em vista que o patrimônio líquido da Bazille se encontra integralmente refletido no patrimônio líquido da ALLOS em decorrência da aplicação do método de equivalência patrimonial.

3.5. Em razão de a AAC possuir participação ínfima na Bazille, as Partes concordam que a quota de titularidade da AAC será cancelada e a AAC fará jus ao reembolso do valor nominal da quota. Não há direito de recesso aos acionistas da ALLOS em decorrência da Operação.

4. Critérios de Avaliação do Patrimônio Líquido, Data-Base da Avaliação e Tratamento das Variações Patrimoniais Posteriores

4.1. O Acevo Líquido da Bazille (conforme definido abaixo) foi avaliado por seus valores contábeis pela empresa especializada **GLOBAL AUDITORES INDEPENDENTES**, sociedade com sede na Avenida das Américas, nº 18.500, sala 521, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do

Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.423.123/0003-95 (“Empresa Especializada”), que é responsável pela elaboração do laudo de avaliação do Acervo Líquido Bazille, anexado a este Protocolo como Anexo II (“Laudo de Avaliação”).

4.1.1. A escolha da Empresa Especializada para elaboração do Laudo de Avaliação deverá ser ratificada pela reunião de sócios da Bazille e assembleia geral extraordinária da ALLOS.

4.2. O Acervo Líquido Bazille foi avaliado com base nos elementos constantes das demonstrações financeiras da Bazille levantados em 31 de março de 2025 que corresponde à data-base da avaliação (“Data-Base”).

4.3. Eventuais variações patrimoniais verificadas no Acervo Líquido Bazille a partir da Data-Base serão absorvidas pela ALLOS e serão reconhecidas diretamente em sua escrituração.

4.4. Conforme descrito no Laudo de Avaliação, o Acervo Líquido Bazille a ser incorporado pela ALLOS no valor de R\$119.776.209,51 (cento e dezenove milhões, setecentos e setenta seis mil, duzentos e nove reais e cinquenta um centavos) inclui, dentre outros, 40% (quarenta por cento) do imóvel objeto da matrícula nº 85.169 do Registro de Imóveis da 2ª Zona, Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, melhor descrito no Anexo I deste Protocolo, contendo o presente Protocolo todos os elementos necessários para a transcrição da incorporação no registro de imóveis competente (“Acervo Líquido Bazille”).

5. Extinção da Bazille

5.1. A aprovação da incorporação da Bazille pelos acionistas da ALLOS e pelas sócias da Bazille acarretará a extinção da Bazille, que será sucedida pela ALLOS em todos os seus bens, direitos e obrigações.

5.2. Competirá à administração da ALLOS praticar todos os atos subsequentes à Incorporação, incluindo a baixa das inscrições da Bazille nas repartições federais, estaduais e municipais competentes, bem como a manutenção de seus livros societários e contábeis pelo prazo legal. Os custos e despesas decorrentes destes atos serão integralmente suportados pela ALLOS.

6. Dispensa do Laudo de Avaliação Previsto no Artigo 264 da Lei das S.A.

6.1. Não é aplicável à Operação o artigo 264 da Lei das S.A., uma vez que a Incorporação Total Bazille não resultará em aumento de capital, emissão de novas ações e não haver, portanto, relação de troca.

7. Disposições Finais

7.1. Aprovações Societárias. A efetivação da operação dependerá da realização dos seguintes atos:

- a. Assembleia Geral Extraordinária da ALLOS para (i) examinar, discutir e aprovar os termos e condições deste Protocolo; (ii) ratificar a nomeação e contratação da Empresa Especializada para elaborar o Laudo de Avaliação; (iii) aprovar o Laudo de Avaliação; e (iv) aprovar a implementação da operação de incorporação da Bazille.
- b. Reunião de Sócios da Bazille para (i) examinar, discutir e aprovar os termos e condições deste Protocolo; (ii) aprovar a incorporação da Bazille pela ALLOS; (iii) ratificar a nomeação da Empresa Especializada para elaborar o Laudo de Avaliação e (iv) aprovar a extinção da Bazille.

7.2. Aprovações Regulatórias. A realização da Operação não está sujeita (i) à apreciação das autoridades de defesa da concorrência no Brasil ou no exterior; e (ii) à aprovação de qualquer outra autoridade governamental no Brasil ou no exterior.

7.3. Prática de Atos. Uma vez aprovada a Operação, os administradores da Bazille e da ALLOS deverão praticar todos os atos, registros e averbações que se fizerem necessários à perfeita regularização, formalização e efetivação da Operação e do estabelecido no presente Protocolo e Justificação.

7.4. Demonstrações Financeiras. Nos termos do artigo 16 da Resolução CVM 78, não é aplicável a divulgação das demonstrações financeiras para fins da Operação e das demonstrações financeiras proforma, nos termos do capítulo III da Resolução CVM 78, uma vez que a Operação não implica aumento de capital social nem emissão de novas ações pela ALLOS, e, portanto, não representa qualquer diluição dos seus acionistas.

7.5. Documentos. Este Protocolo e Justificação, o Laudo de Avaliação e a proposta da administração da ALLOS contendo as informações exigidas pela Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, estarão à disposição dos acionistas da ALLOS e da sócia da Bazille em suas respectivas, conforme aplicável, e nos websites da ALLOS, Comissão de Valores Mobiliários e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

7.6. Sobrevivência de Cláusulas. Caso alguma cláusula, disposição, termo ou condição deste Protocolo e Justificação venha ser considerada inválida ou inexecutável, as demais cláusulas, disposições, termos e condições não afetados permanecerão válidas e em pleno vigor.

7.7. Renúncia e Não Exercício. O não exercício, ou o atraso no exercício, por qualquer das Partes, dos direitos a elas respectivamente conferidos nos termos deste Protocolo e Justificação, não será interpretado como renúncia em relação a tal direito. Toda e qualquer renúncia aos direitos estabelecidos neste Protocolo e Justificação somente será válida quando entregue por escrito e assinada pela Parte renunciante.

7.8. Alteração. Este Protocolo e Justificação somente poderá ser alterado por meio de instrumento escrito assinado por todos os seus subscritores.

7.9. Foro. Fica eleito o foro central da comarca do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para dirimir as dúvidas oriundas deste Protocolo e Justificação.

7.10. Assinaturas Eletrônicas. As Partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste instrumento e seus termos, nos termos do art. 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado pelas Partes por meio de certificados eletrônicos, ainda que sejam certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.220-2, de 24 de agosto de 2001. Por fim, nos termos do art. 220 do Código Civil, as Partes expressamente anuem e autorizam que, eventualmente, as assinaturas das Partes não precisem necessariamente ser apostas na mesma página de assinaturas deste instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes assinam este Protocolo, dispensada a assinatura de testemunhas, nos termos do §4º do artigo 784 do Código de Processo Civil, conforme alterado pela Lei n.º 14.620, de 13 de julho de 2023.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2025.

(restante da página deixado em branco)

[PÁGINA DE ASSINATURAS DO PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA BAZILLE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. PELA ALLOS S.A.]

ALLOS. S.A.

Mauro Sérgio Junqueira de Araújo
Diretor

Paula Guimarães Fonseca
Diretora

BAZILLE EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Mauro Sérgio Junqueira de Araújo
Diretor

Paula Guimarães Fonseca
Diretor

Interveniente anuente:

ALIANSCA ASSESSORIA COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA

Mauro Sérgio Junqueira de Araújo
Diretor

Paula Guimarães Fonseca
Diretor

ANEXO I
AO PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA
BAZILLE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. PELA ALLOS S.A.

Descrição do Imóvel

“Um terreno situado nesta Capital, na Rua Germano Frank com a Avenida Dedé Brasil, de forma irregular, partindo do vértice A, de coordenadas UTMX= 54672.01 e Y=9582533.02, segue com ângulo interno de 88°35'25'' e 203,44m até o vértice B, segue com ângulo interno de 91°18'57'' e 119,94m, até o vértice C, segue com ângulo interno de 315°15'31'' e 31,22m, até o vértice D, segue com ângulo interno de 116°12'38'' e 99,79m, até o vértice E, segue com ângulo interno de 61°7'45'' e 33,48m até o vértice F; segue com ângulo interno de 177°33'46'' e 19,29m, até o vértice G, segue com ângulo interno de 176°32'28'' e 17,96m, até o vértice H, segue com ângulo interno de 175°38'1'' e 20,43m, até o vértice I, segue com ângulo interno de 176°14'25'' e 21,11m, até o vértice J, segue com ângulo interno de 176°3'10'' e 19,55m, até o vértice K, segue com ângulo interno de 175°44'4'' e 18,67m, até o vértice L, segue com ângulo interno de 175°52'11'' e 19,25m, até o vértice M, segue com ângulo interno de 164°18'8'' e 176,27m, até o vértice N, segue com ângulo interno de 89°33'30'' e 22,68m até o vértice A, medindo e extremado: AO NORTE (fundos), do vértice E até o vértice N com 09 segmentos de reta, medindo 346,01m com a linha férrea, AO SUL (frente), do vértice A até o vértice B, medindo 203,44m com a Rua Germano Frank; AO LESTE (lado esquerdo), do vértice B ao vértice E, com 03 segmentos de reta, medindo 250,95m com Paulo Jereissati Ary e Beatrice Cabral Machado Ary, e AO OESTE (lado direito), do vértice N até o vértice A, medindo 22,68m com a avenida Dedé Brasil. Perímetro de 1.023,08m e área total de 51.720.69m², objeto da matrícula nº 85.169 do Registro de Imóveis da 2ª Zona de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará. Do empreendimento denominado Shopping Parangaba – R\$111.223.395,17

ANEXO II
AO PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA
BAZILLE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. PELA ALLOS S.A.

Laudo de Avaliação

(vide páginas 98 a 102 da Proposta da Administração)

**PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA
GAUDI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. PELA ALLOS S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes a seguir qualificadas (“Partes”):

ALLOS S.A., sociedade anônima, com sede social na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, salas 102, 103 e 104, 1º andar, CEP 22.430-060, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.878.397/0001-32, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob NIRE 33.3.0033251-1, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“ALLOS” ou “Companhia”); e

GAUDI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, salas 102, 103 e 104, 1º andar, CEP 22.430-060, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.081.816/0001-39, neste ato representada na forma de seu contrato social (“GAUDI” ou “Sociedade”);

RESOLVEM firmar o presente PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA GAUDI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. PELA ALLOS S.A. (“Protocolo”), na forma dos artigos 223 e seguintes da Lei nº 6.404/1976, e alterações posteriores (“Lei das S.A.”), bem como dos artigos 1.116 e seguintes da Lei nº 10.406/2002, e alterações posteriores (“Código Civil”), o qual será submetido à aprovação dos respectivos acionistas/sócios das Partes, conforme o caso, nos seguintes termos e condições:

1. Objeto

1.1. Este Protocolo tem por objeto apresentar as justificativas, os termos, cláusulas e condições da incorporação da GAUDI pela ALLOS (“Operação”).

2. Motivos ou Fins da Operação e Interesse das Partes em sua Realização

2.1. A Operação está inserida em um processo de reorganização societária da ALLOS e das sociedades por ela controladas que visa a simplificação da sua estrutura societária. Entre os benefícios esperados pela operação, incluem-se a otimização da estrutura societária da Companhia e a redução de custos em áreas administrativas e o cumprimento de obrigações acessórias.

2.2. A Operação foi cuidadosamente examinada pelos administradores, departamentos técnicos e assessores legais tanto da ALLOS quanto da GAUDI, não tendo sido verificado qualquer fator que recomendasse a não realização da operação.

3. Bases da Incorporação; Relação de Substituição; Efeitos Patrimoniais da Operação

3.1. A GAUDI possui, na presente data, capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 23.688.956,00 (vinte e três milhões e seiscentos e oitenta e oito mil e novecentos e cinquenta e seis reais), divididos em 23.688.956 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, todas de titularidade da única sócia da Sociedade, ALLOS.

3.2. A ALLOS possui, na presente data, capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 15.092.136.244,00 (quinze bilhões, noventa e dois milhões, cento e trinta e seis mil, duzentos e quarenta e quatro reais) dividido em 542.936.909 (quinhentos e quarenta e dois milhões, novecentas e trinta e seis mil, novecentas e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

3.3. A Operação será realizada de modo que a totalidade do patrimônio da GAUDI será absorvido pela ALLOS (“Incorporação Total GAUDI”), com a consequente extinção da GAUDI.

3.4. A Incorporação Total GAUDI não resultará em aumento ou redução do patrimônio líquido da ALLOS nem acarretará aumento do capital social da ALLOS e em alteração da distribuição das suas ações entre os acionistas, tendo em vista que o patrimônio líquido da GAUDI já se encontra integralmente refletido no patrimônio líquido da ALLOS, em decorrência da aplicação do método de equivalência patrimonial.

4. Critérios de Avaliação do Patrimônio Líquido, Data-Base da Avaliação e Tratamento das Variações Patrimoniais Posteriores

4.1. Os bens, direitos e obrigações da GAUDI e que serão vertidos ao patrimônio da ALLOS (“Acervo Líquido”) foram avaliados – a valor contábil – pela empresa especializada GLOBAL AUDITORES INDEPENDENTES, sociedade com sede na Avenida das Américas, nº 18.500, sala 521, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.423.123/0003-95 (“Empresa Especializada”), que é responsável pela elaboração do laudo de avaliação dos Acervo Líquido, anexado a este Protocolo como Anexos I (“Laudo de Avaliação”).

4.2. A escolha da Empresa Especializada para elaboração do Laudo de Avaliação deverá ser ratificada pela reunião de sócios da GAUDI e assembleia geral extraordinária da ALLOS.

4.3. O Acervo Líquido foi avaliado com base nas demonstrações financeiras da GAUDI,

referentes à 31 de março de 2025 que corresponde à data-base da avaliação (“Data-Base”) e conforme descrito no Laudo será incorporado pela ALLOS no valor de R\$ 24.858.063,88 (vinte quatro milhões, oitocentos e cinquenta oito mil, sessenta três reais e oitenta oito centavos)

4.4. Eventuais variações patrimoniais verificadas no Acervo Líquido a partir da Data-Base serão absorvidas pela ALLOS e serão reconhecidas diretamente em sua escrituração.

5. Extinção da GAUDI

5.1. A aprovação da Incorporação Total GAUDI pelos acionistas da ALLOS e pela sócia quotista da GAUDI acarretará a extinção da GAUDI, que será sucedida pela ALLOS em todos os seus bens, direitos e obrigações.

5.2. Competirá à administração da ALLOS praticar todos os atos subsequentes à Operação, incluindo a baixa das inscrições da GAUDI nas repartições federais, estaduais e municipais competentes, bem como a manutenção de seus livros societários e contábeis pelo prazo legal. Os custos e despesas decorrentes destes atos serão integralmente suportados pela ALLOS.

6. Dispensa do Laudo de Avaliação Previsto no Artigo 264 da Lei das S.A.

6.1. Não é aplicável à Operação o artigo 264 da Lei das S.A., uma vez que a Incorporação Total GAUDI não resultará em aumento de capital, emissão de novas ações e não haver, portanto, relação de troca.

7. Disposições Finais

7.1. A efetivação da Operação dependerá da realização dos seguintes atos:

- a. Assembleia Geral Extraordinária da ALLOS para: (i) examinar, discutir e aprovar os termos e condições deste Protocolo; (ii) ratificar a nomeação e contratação da Empresa Especializada para elaborar o Laudo de Avaliação; (iii) aprovar o Laudo de Avaliação; e (iv) aprovar a Operação;
- b. Reunião de Sócios da GAUDI para: (i) examinar, discutir e aprovar os termos e condições deste Protocolo; (ii) aprovar Operação; e (iii) aprovar a extinção da GAUDI.

7.2. A realização da Operação não está sujeita (i) à apreciação das autoridades de defesa da concorrência no Brasil ou no exterior; e (ii) à aprovação de qualquer outra autoridade governamental no Brasil ou no exterior.

7.3. Uma vez aprovada a Operação, os administradores da GAUDI e da ALLOS deverão praticar todos os atos, registros e averbações que se fizerem necessários à perfeita regularização, formalização e efetivação da Operação e do estabelecido no presente Protocolo e Justificação.

7.4. Nos termos do artigo 16 da Resolução CVM 78, não é aplicável a divulgação das demonstrações financeiras para fins da Operação e das demonstrações financeiras proforma, nos termos do capítulo III da Resolução CVM 78, uma vez que a Operação não implica aumento de capital social nem emissão de novas ações pela ALLOS, e, portanto, não representa qualquer diluição dos seus acionistas.

7.5. Este Protocolo e Justificação, o Laudo de Avaliação e a proposta da administração da ALLOS contendo as informações exigidas pela Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, estarão à disposição dos acionistas da ALLOS e da sócia da GAUDI em suas respectivas sedes, conforme aplicável, e nos websites da ALLOS, Comissão de Valores Mobiliários e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

7.6. Caso alguma cláusula, disposição, termo ou condição deste Protocolo venha ser considerada inválida ou inexecutável, as demais cláusulas, disposições, termos e condições não afetados permanecerão válidas e em pleno vigor.

7.7. O não exercício, ou o atraso no exercício, por qualquer das Partes, dos direitos a elas respectivamente conferidos nos termos deste Protocolo e Justificação, não será interpretado como renúncia em relação a tal direito. Toda e qualquer renúncia aos direitos estabelecidos neste Protocolo somente será válida quando entregue por escrito e assinada pela Parte renunciante.

7.8. Este Protocolo e Justificação somente poderá ser alterado por meio de instrumento escrito assinado por todos os seus subscritores.

7.9. Fica eleito o foro central da comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir as dúvidas oriundas deste Protocolo.

7.10. Este Protocolo será assinado por meios eletrônicos, digitais e/ou informáticos, sendo certo que as Partes reconhecem esta forma de contratação como válida e plenamente eficaz, constituindo forma legítima e suficiente para a comprovação da identidade e da validade da declaração de vontade das Partes em celebrar eventuais aditamentos, devendo, em todo caso, atender às regras vigentes para verificação da autenticidade das assinaturas das Partes, desde que seja estabelecida com certificação dentro dos padrões ICP-Brasil, em conformidade com o artigo 107 do Código Civil, e com o inciso II do artigo 4º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, conforme alterada. Este Protocolo e Justificação produz efeitos para todas as Partes a partir da

data nele indicada, ainda que uma ou mais Partes realizem a assinatura eletrônica em data posterior. Ademais, ainda que alguma das partes venha a assinar eletronicamente este instrumento em local diverso, o local de celebração deste instrumento é, para todos os fins, a cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, conforme abaixo indicado.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes assinam este Protocolo, dispensada a assinatura de testemunhas, nos termos do §4º do artigo 784 do Código de Processo Civil, conforme alterado pela Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2025.

(restante da página deixado em branco)

[PÁGINA DE ASSINATURAS DO PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA GAUDI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. PELA ALLOS S.A.]

ALLOS. S.A.

Paula Guimarães Fonseca
Diretora

Mauro Sérgio Junqueira de Araújo
Diretor

GAUDI EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Paula Guimarães Fonseca
Diretora

Mauro Sérgio Junqueira de Araújo
Diretor

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
RG:
CPF/MF:

2. _____
Nome:
RG:
CPF/MF:

ANEXO I
AO PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA
GAUDI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. PELA ALLOS S.A.

Laudo de Avaliação

(vide páginas 104 a 108 da Proposta da Administração)